O setor privado brasileiro em Copenhague

Antonio Josino Meirelles Neto*

Apesar das perspectivas menos ambiciosas sobre os resultados de Copenhague, o setor privado brasileiro reafirmará seu compromisso com a questão climática e apresentará uma agenda concreta de orientações sobre os principais temas de negociação previstos pelo Plano de Ação de Bali.

Nesta Conferência das Partes (COP, sigla em inglês), a delegação brasileira apresentará uma composição diferente de conferências anteriores: o grupo contará com a participação de mais de 50 representantes de empresas brasileiras e de organizações empresariais que passaram a acompanhar com maior atenção o processo negociador multilateral sobre mudanças climáticas (MCs).

Desde a COP 13, na qual foi definido o Plano de Ação de Bali, houve importantes iniciativas de coordenação no setor empresarial em busca de estratégias conjuntas sobre as negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). Formaram-se, no Brasil, coalizões entre setores – como a Aliança Brasileira pelo Clima – e entre empresas. Esse esforço resultou em cerca de 12 documentos de posicionamento sobre os temas tratados na negociação, elaborados por mais de 24 organizações empresariais de diversos setores da indústria, do agronegócio e do setor de serviços.

Assim, o setor privado brasileiro tem manifestado uma postura proativa em relação à implementação efetiva das disposições da UNFCCC. É um consenso entre os diversos setores que o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, não deve significar inação. Ao mesmo tempo, o empresariado tem destacado que o patrimônio ambiental do Brasil e sua matriz energética limpa devem ser reconhecidos como ativos do país no âmbito das negociações da UNFCCC.

Nesse sentido, os documentos de posicionamento circulados pelo setor produtivo no Brasil evidenciam consenso a favor do comprometimento do país com ações voluntárias de mitigação de emissões que sejam efetivas. Para isso, é importante que essas ações, bem como o suporte tecnológico e financeiro necessário para implementá-las, sejam monitoráveis, reportáveis e verificáveis. A criação de mecanismos para transferência de tecnologia e a ampliação dos financiamentos para dar suporte às ações de mitigação destacam-se como assuntos-chave para o setor privado brasileiro. Por outro lado, esses temas trazem um leque de perguntas para as quais ainda não encontramos respostas nos textos de negociação.

Em relação à transferência de tecnologia, por exemplo, ainda não está claro de que forma seria possível incorporar ao acordo disposições para proteger os direitos de propriedade intelectual das empresas, ao mesmo tempo em que incentivem a transferência de tecnologia às médias, pequenas e microempresas que enfrentam dificuldades de acesso às tecnologias limpas.

Da mesma forma, no debate sobre financiamento de ações de mitigação, não há clareza sobre como operacionalizar um fundo multilateral para esse fim e de que forma governos e setor privado estabelecerão parcerias nessa área. Essas questões evidenciam, acima de tudo, a importância de que o Brasil estruture um debate interno consistente sobre um arranjo apropriado de incentivos e tributação que garantam a efetiva implementação de ações de combate às MCs.

Um tema que alarma os exportadores brasileiros é o risco de surgimento de barreiras protecionistas ao comércio em decorrência da implementação de políticas domésticas de combate às MCs. O debate sobre aplicação de medidas de fronteira (como a carbon tax) já está em estágio avançado no Congresso dos EUA por ocasião da legislação estadunidense sobre energia e MCs. O tema também tem sido discutido na Austrália, Canadá e União Europeia. A aplicação de medidas de fronteira para compensar perdas de competitividade em setores da indústria – em relação a empresas que operam em países sem compromissos de redução de emissões no âmbito da UNFCCC – representa um risco grave aos exportadores de países em desenvolvimento (PEDs), como o Brasil.

A incerteza sobre a interpretação dessas medidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) traz grande insegurança aos setores intensivos em energia, que seriam os mais afetados por essas barreiras. Portanto, o setor privado brasileiro tem insistido para que o novo acordo climático garanta que a implementação de compromissos voluntários pelos países que não compõem o Anexo I do Protocolo de Quioto seja reconhecida pelos países que aplicarão medidas de fronteira.

Com ou sem acordo em Copenhague, é importante que os países saiam da COP 15 com objetivos claros e prazos realistas sobre a agenda de negociações de 2010. Diversas questões permanecem sem resposta para o setor privado, a sociedade civil organizada e até mesmo os governos que estão negociando o acordo. No Brasil, é necessário que o debate sobre os temas propostos na COP 13 adquira consistência e que o Plano Nacional de MCs seja traduzido em políticas públicas efetivas.

Nesse sentido, Copenhague será um ponto de partida para uma discussão mais aprofundada sobre cada um dos temas do mandato de Bali e um momento importante para que se consolide, no Brasil, uma forte parceria entre todos os setores da sociedade em torno do combate ao aquecimento global.

* Mestre em Política Comercial pela SciencesPo-Paris e assessor de relações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Brasil.